



Teaching History and Human Rights

Ensino de História e Direitos Humanos

ALBUQUERQUE, Marcelo⁽¹⁾; SILVA, Stéphanhy⁽²⁾; SANTIAGO, James⁽³⁾; SILVA, Sheyla⁽⁴⁾;

- (1) <https://orcid.org/0000-0002-4520-8011>; Universidade Federal de Alagoas, Delmiro, Alagoas (AL), Brasil. marceloninpou@gmail.com
(2) <https://orcid.org/0000-0002-4573-5161>; Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, AL, Brasil. stephany.silva@delmiro.ufal.br
(3) <https://orcid.org/0000-0003-0646-1265>; Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, AL, Brasil. jessecordeirosantiago@outlook.com
(4) <https://orcid.org/0000-0001-6540-1719>; Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, AL, Brasil. sheylafarias@yahoo.com.br

O conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos/as seus/as autores/as.

ABSTRACT

The objective of the present work is to bring to the importance that the theme has for the reality of the students, as well as the contradictions that the teacher can witness in the classroom, in the current politicized scenario and a better understanding of human rights, when approaching them. The study is a collection of data, we use the method of participant observation, it is qualitative in nature and addresses the role of the teacher as a mediator between the content proposed by the BNCC to be worked in the classroom and the one used. Problem of the present article: how to work with the subject, dictatorship of Argentina and Brazil and human rights in the classroom? We seek as theoretical bases in bibliographies of authors such as De Sousa & Alves (2019), Cerri (1999), the BNCC itself (2018) among others, as a better presentation of the content, in a comparative and didactic way, discussing the teaching of history, Latin American dictatorships, human rights and skills for students to develop. The result was a didactic of the study of History, its importance to address the issues of Human Rights and military dictatorships in Latin America, with the purpose of using the content to achieve the skills proposed by the BNCC in the classroom, such as which seeks to develop the critical sense and historical awareness in students.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é trazer à importância que o tema tem para a realidade dos discentes, como também as contradições que o professor pode presenciar em sala de aula, no cenário politizado atual e a má compreensão dos direitos humanos, ao abordá-los. O estudo é uma coleta de dados, utilizamos o método de observação participante, é de natureza qualitativa e aborda o papel do docente como mediador entre o conteúdo proposto pela BNCC para ser trabalhado em sala de aula e a didática utilizada. Problema suscitado no presente artigo é: como trabalhar com o assunto, ditadura da Argentina e Brasil e direitos humanos na sala de aula? Buscamos as bases teóricas em bibliografias de autores como De Sousa & Alves (2019), Cerri (1999), a própria BNCC (2018) entre outros, pois possibilitam uma melhor apresentação do conteúdo, de maneira comparativa e didática, discutindo sobre o ensino de história, das ditaduras latino-americanas, dos direitos humanos e das competências desejadas para o aluno desenvolver. O resultado foi um estudo sobre a didática do ensino de História, sua importância para abordar os assuntos dos Direitos Humanos e ditaduras militares na América Latina, com a finalidade de utilizar o conteúdo para alcançar as habilidades propostas pela BNCC em sala de aula, as quais procuram desenvolver o senso crítico e a consciência histórica nos alunos.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:

Submetido: 04/03/2022

Aprovado: 22/05/2022

Publicação: 01/07/2022



Keywords:

Pedagogical residency, study of history, human rights, military dictatorship.

Palavras-Chave:

Residência pedagógica, estudo de história, direitos humanos, ditadura militar.

Introdução

A pandemia do COVID-19 impôs mudanças nas formas de ensino-aprendizagem em todos os níveis da educação formal. Assim como professores e estudantes da educação básica tiveram experiências de aprendizagem no ensino remoto, os estudantes participantes do Programa Residência Pedagógica também desenvolveram suas ações no exercício da docência supervisionada nessa modalidade de ensino, aplicando novas metodologias e recursos tecnológicos voltados para a educação.

Nesse cenário, o Programa de Residência Pedagógica em História/Sertão da PROGRAD/UFAL/CAPES, trouxe esta perspectiva prática de proporcionar aos licenciados aperfeiçoamento em sua formação docente. Desse modo, entre as atividades desenvolvidas durante a execução deste Programa, no qual fomos guiados pela docente orientadora Dra. Sheyla Farias Silva, realizamos entre os dias 11 e 12 de fevereiro uma sequência didática destinada aos estudantes do Ensino Médio analisando o período ditatorial argentino e brasileiro, através da perspectiva dos Direitos Humanos. Sabendo disso o problema do presente artigo é: como trabalhar com o assunto, ditadura da Argentina e Brasil na ótica de direitos humanos em sala de aula?

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) contém o tema de Direitos Humanos de maneira panorâmica, que por sua vez não se aprofunda no âmago do conteúdo. Então, a proposta do presente trabalho é trazer à importância que o tema tem para a realidade dos discentes, como também as contradições que o professor pode presenciar em sala de aula, no cenário politizado atual e a má compreensão dos direitos humanos, ao abordá-los.

Porém, a necessidade da construção de uma História dos direitos humanos não é mais urgente que o imperativo de levar a discussão sobre os direitos humanos para o interior das salas de aula das escolas de nível fundamental, médio e superior – e para a sociedade como um todo, é claro. (Mondaini, 2008, p. 56).

Decididos a analisar a temática trabalhada e com o intuito de cumprir os objetivos deste artigo, de caráter documental/bibliográfico e natureza qualitativa, utilizamos o método de observação participante, consideramos, é claro, o papel docente como mediador entre o conteúdo proposto pela BNCC para ser trabalhado em sala de aula, e a didática do professor ao abordá-lo. Concordamos com Marc Bloch quando ele diz que "reunir os documentos que estimam necessários é uma das tarefas mais difíceis do historiador" (Bloch, 2001, p. 82). Destrinchar as habilidades propostas e uni-las em torno de um conteúdo em comum, nem sempre é tarefa fácil, é necessário um elo. E aqui encontramos um: tratar de Direitos Humanos e ao mesmo tempo abordar as peculiaridades das ditaduras civil-militares da Argentina e do Brasil.

Abordamos este tema por ter a possibilidade de gerar uma conscientização do que foram as Ditaduras Latino-Americanas, brasileira e argentina, e como elas agiram de forma autoritária e violenta contra a dignidade e a vida de centenas de pessoas. Em contrapartida, no atual cenário, vemos uma gama de desinformação, resultando em defensores do outrora regime militar, que foi responsável por um descaso aos direitos humanos. Também presenciamos ataques contra estes, de pessoas que gozam de prerrogativas fundamentais, as quais têm influência direta dos tratados internacionais, e que não as relacionam ao seu cotidiano e as suas garantias civis.

Na maioria das vezes, essas defesas saem de uma má compreensão do que foi a ditadura militar e do mal que ela causou para os avanços que adquirimos pós-guerra, em termo de conscientização, respeito e liberdade. Desse modo, segundo Marco Mondaini, nasce à necessidade de trabalhar com o tema pela importância que ele demonstra.

[...] Vem à tona a necessidade de um quarto movimento nos dias atuais, que seja responsável por fazer com que esses direitos sejam realmente efetivados socialmente, deixando de ser apenas fórmulas jurídicas esquecidas nos códigos, o que pode gerar o perigo da sua transformação numa sociedade sócio-jurídica. (Mondaini, 2008, p. 61).

Portanto, uma das possíveis formas de combater os equívocos sobre os Direitos Humanos é justamente através da efetivação do conhecimento em sala de aula, a partir de análises e reflexões sobre o que de fato foi este período, enxergando os males causados contra a dignidade humana.

Desenvolvimento

Diante do atual cenário contemporâneo, com tanta informação disponível a qualquer momento, não cabe mais ao docente ser o detentor de todo o saber em sala de aula, e, se tratando de Ensino Médio, onde os estudantes já tem uma base advinda do Ensino Fundamental, devemos encontrar meios de ativar o senso crítico e explorar seus conhecimentos. A BNCC, do Ensino Médio, nos diz ainda que “[...] a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas tem ainda o grande desafio de desenvolver a capacidade dos estudantes de estabelecer diálogos entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas” (2018, p. 548).

A disciplina de História, no 3º ano, do Ensino Médio, é voltada para os conflitos do século XX e seus desdobramentos no século XXI. Trilhando as indicações de nossa orientadora no Programa de Residência Pedagógica, nos dedicamos a trabalhar o Ensino de História e Direitos Humanos. Atentos a importância que a memória dolorosa e conflitante que as ditaduras civil-militares causam aos latino-americanos e a necessidade de não serem

esquecidas, tratamos de Direitos Humanos a partir das experiências brasileira, em 1964-1985, e Argentina, em 1976-1983.

A BNCC, indica que, ao lidar com os jovens devemos aguçar sua curiosidade e sua capacidade de compreensão do passado e as consequências presentes.

Por esse motivo, dentre outros, os jovens intensificam os questionamentos sobre si próprios e sobre o mundo em que vivem, o que lhes possibilita não apenas compreender as temáticas e conceitos utilizados, mas também problematizar categorias, objetos e processos. Desse modo, podem propor e questionar hipóteses sobre as ações dos sujeitos e, também, identificar ambiguidades e contradições presentes tanto nas condutas individuais como nos processos e estruturas sociais. (Brasil, 2018, p. 548).

Compreendemos que nas últimas eleições, foi notada na juventude Brasileira uma mudança na forma de se ver a política, o jovem que gostava de futebol e jogos online, agora está debatendo pautas na internet e trazendo esse debate para sala de aula. Se antes a política para os jovens era um assunto enfadonho, agora se tornou um objeto de afeição, onde os sentimentos são depositados, na maioria das vezes antes da razão. Os estudos na área indicam que a política e a mídia estão cada vez mais entrelaçadas, visto que os meios de comunicação agenciam e potencializam os conteúdos culturais vigentes na sociedade (Morais & Baquero, 2018).

Nesse contexto, assuntos polêmicos como as ditaduras latino-americanas, ganham seus apoiadores e seus acusadores. O professor entra como mediador dos fatos, demonstrando através dos recursos que tem maneiras de ver esses regimes com perspectivas de outros assuntos, como: direitos civis, dignidade humana, garantias fundamentais.

[...] o objetivo central, o eixo da reflexão, deve concentrar-se no conhecimento do Eu e no reconhecimento do Outro, nas formas de enfrentamento das tensões e conflitos, na possibilidade de conciliação e na formulação de propostas de soluções. (Brasil, 2018, p. 549).

A partir da apropriação destes elementos adquiridos através do processo histórico da experiência humana, o alunado percebe a linha tênue do que é tolerado e o que é inegociável. E com essas novas informações, retomam seus olhares para os eventos históricos das ditaduras latino-americanas, com o olhar de cidadão. “Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos” (Brasil, 2018, p. 558). Assim, nos alerta Maria de Nazaré Tavares Zenaide:

Educar para a paz e a democracia como um dos princípios da educação em direitos humanos, significa educar para o exercício da participação e do protagonismo social de modo a governar a cidade, promover o respeito de todos os povos ao desenvolvimento e a paz, prevenir a guerra nuclear e ambiental, a

fome e a miséria no mundo, o uso de armas químicas, o retorno a golpes e ditaduras e ao terror. (2016, p. 41).

O programa PRP possibilita ao residente ter acesso ao que é a Educação em todos seus aspectos, em uma perspectiva pedagógica. O residente que é um futuro licenciado tem a oportunidade de exercitar como funciona o ensino-aprendizagem, praticar e se aperfeiçoar na forma de se planejar para lecionar. Claro, que devido a situação um tanto quanto inusitada que vivenciamos – pandemia – foi necessário adotar uma nova forma de ensino.

Caracterizou-se em novidade tanto para residentes, quanto para professores e estudantes, sendo utilizada a plataforma Meet, Google Classroom e WhatsApp possibilitou ao residente aprender novas técnicas e metodologias de ensino. Durante os dias 11 e 12 de fevereiro, através da plataforma Google Meet, ocorreu nossa dinâmica online, devido a pandemia do Sars-CoV-2 (Covid-19), de atuação onde os residentes faziam papel de representação do estudante do ensino médio. O tema abordado Ensino de História e Direitos Humanos rendeu uma experiência positiva entre os residentes.

Utilizamos um Power Point para apresentar imagens e fotografias da época que demonstram o percurso histórico dos Direitos Humanos, através de temas como: Código de Hamurabi, Carta Magna, Revolução Francesa e pós-Segunda Guerra Mundial, situamos o corpo discente na evolução do tema abordado ao longo da história. Depois trouxemos o assunto das Ditaduras Latino Americanas usando uma abordagem a partir de imagens representativas, para dinamizar a aula e o destrinchar do tema. A perspectiva lógica do assunto a partir do conhecimento contextual dá uma noção extensa onde dois conteúdos, se unem para ampliar a visão do estudante para mais temas.

Usando essa forma de abordagem, situamos o estudante no cenário geral, indo do macro ao micro, e desenvolvemos um raciocínio horizontal, onde Direitos Humanos não se desassocia de ditaduras e ações humanas correlatas. “A história ensinada serve para ajudar a criar identidades, mas serve principalmente para que as pessoas se reconheçam como sujeitos, como parte também de um coletivo, conheçam suas possibilidades e limitações de ação na história”. (Cerri, 1999, p. 142).

Tratar de um tema tão delicado exige cuidados, uma palavra fora de contexto e todo o planejamento podem dar errado. Temos a responsabilidade de respeitar as vítimas e condenar os regimes ditatoriais que delas retiraram as mais diversas formas de liberdade. Esses regimes não devem ser tratados com naturalidade e normalidade; não é natural e normal seu acontecimento. Compreendemos que o ensino de Direitos Humanos não se conclui em apenas uma ou duas aulas, é um processo, lento e trabalhoso, e acima de tudo: se aprende praticando, “quem aprendeu direitos humanos é porque aprendeu a agir com eles em qualquer circunstância e já não aceita que fiquem disponíveis à conveniência” (Carbonari, 2016, p. 252).

As fotografias também são uma excelente forma de ensinar, pelas cenas apresentadas os discentes podem comparar o conteúdo dialogado com o fato registrado, humanizar e ter empatia por aquelas pessoas desconhecidas. Para Laila Figueiredo Di Pietro (2020):

Um dos ícones da luta contra as ditaduras militares, a foto do desaparecido, ademais de um documento de prova e sensibilização, se tornou um símbolo de força e determinação na busca pela verdade. As fotos dos álbuns familiares se converteram em documentos sociais que reclamam pela resolução dos conflitos e pela paz. Igualmente, as imagens produzidas durante os períodos de violações dos direitos humanos – por fotojornalistas, civis e outros, e divulgadas nacional e internacionalmente – somam-se às fotografias de atividades diárias de organizações de direitos humanos na construção da memória da sociedade. (2020, p. 4).

Para os estudos sobre a ditadura brasileira, por exemplo, as imagens das passeatas, músicas, greves, ajuda bastante a entender o contexto. Já na ditadura argentina é forte as imagens das Mães da Praça de Maio, as fotografias das vítimas espalhadas, cobrando um posicionamento do governo. A partir daí, é possível iniciar um debate em sala de aula, atraindo o estudante a discussão, emitir opinião seja pelo seu sentimento ao ver a imagem, seja pelo seu descontentamento com a política ditatorial. Buscamos com isso que eles associem as imagens, e todo o material projetado, com a luta pelos Direitos Humanos.

Sabendo que as experiências brasileira e argentina, tiveram seu recorte histórico respectivamente entre os anos 1964-1985 e 1976-1983, observamos a necessidade pela luta em favor dos Direitos Humanos, já que nesse momento suas três gerações estavam estruturadas e convenções internacionais validavam seu caráter digno necessário para as nações. O estudante ao saber do contexto histórico, conseguirá reconhecer as contradições humanas, e a necessidade de aprender com os fatos históricos, comparando o momento à realidade que os direitos do homem existiam tal como conhecemos hoje, e problematizar os interesses políticos que se sobrepuseram ao bem estar do povo, e assim tomar uma postura crítica. Segundo a BNCC: “analisar, relacionar, comparar e compreender contextos e identidades são condições para conhecer, problematizar, criticar e tomar posições”. (Brasil, 2018, p. 549).

O assunto da ditadura ajuda o estudante, sobretudo, na compreensão da necessidade da democracia e do voto, para uma prática participativa. “Hoje, sob um regime democrático limitado, o ensino de história serve para estimular a participação dos indivíduos nas práticas da cidadania, convencer da importância do voto, da organização popular, dos partidos políticos.”. (Cerri, 1999, p. 142).

Por outro lado, o Brasil e a Argentina decidiram manter as aparências para com os demais países, pois participaram de convenções internacionais, na tentativa de manter a beleza democrática que os direitos humanos exalam.

O estudo dos Direitos Humanos se encaixa na Ditadura Militar porque, embora pareça surpreendente, durante esse período, o Brasil e a Argentina participaram de muitas convenções internacionais que objetivavam garantir a paz e a segurança, ou seja, ocorreu a adesão desses países aos princípios consagrados no direito internacional para a manutenção dos direitos essenciais do homem (De Sousa & Alves, 2019, p. 92).

A Argentina, que tem um extenso histórico de ditaduras, estabeleceu grande repressão, levando a desaparecidos, torturas e mortes. “Um período sombrio em sua história, no qual dezenas de milhares de pessoas foram presas, torturadas, assassinadas, desaparecidas ou forçadas ao exílio, [...]” (De Sousa & Alves, 2019, p. 94). Mesmo diante dessa repressão, houve várias pessoas engajadas na preservação dos direitos individuais, e não se deixaram abater, organizando movimentos que lutassem antagonicamente a afronta posta contra suas garantias fundamentais. Das ditaduras latino-americanas a Argentina se destaca por ter sido uma das mais violentas.

A ditadura militar Argentina durou pouco tempo em relação às ditaduras do Paraguai, do Brasil, do Uruguai e do Chile, mas foi capaz de superar, em termos de desrespeito aos direitos humanos, em muito, as demais ditaduras da América Latina. (De Sousa & Alves, 2019, p. 94).

Um resultado positivo surgiu depois do regime, pois não se previa direitos fundamentais em sua doutrina jurídica, pós-ditadura implantou-se os direitos humanos como parte da sua constituição. Demonstrando a consciência histórica que gerou em seus compatriotas, “a Argentina é o único Estado da América Latina que concede aos tratados de direitos humanos status permanentemente constitucional”. (De Sousa & Alves, 2019, p. 103).

Conclusão

Ao considerarmos os argumentos apresentados, entendemos que no curso de licenciatura plena em História, o graduando tem contato com múltiplas teorias e acesso a numerosas referências bibliográficas, mas carece do essencial, que é a prática pouco explorada nos estágios obrigatórios devido o tempo reduzido. E programas como o PRP surgem justamente para dar ao discente o desenvolvimento das suas técnicas, a partir dele somos desafiados a aprender novas metodologias de ensino, buscar novas práticas e tentar descobrir o que é possível de ser aplicado em sala.

Desde o início do programa fomos desafiados com a questão do ensino virtual, que abordou uma dinâmica de representação dos residentes fazendo papel de aluno no ensino fundamental e médio. Mediante esta dinâmica, buscou-se colocar quem estava lecionando em uma situação próxima da sala de aula: questionamentos, conflitos, silêncio, brincadeiras,

desinteresses. Tudo para visualizar como administraríamos a aula e como seria possível sair de algumas situações adversas, por exemplo: buscar o interesse do aluno indiferente ou daquele que surge com afirmações equivocadas a respeito de conteúdos sensíveis, que prejudicam a formação da consciência histórica. Para Mondaini:

Sem a ação pedagógica levada a cabo diariamente por você, professor, mesclando ensino de novos conteúdos, cultivo de uma ética da esperança e incentivo ao juízo crítico reflexivo, serão muito poucas as possibilidades de deixarmos de ser uma sociedade que insiste em confundir direitos de muitos com privilégios de poucos. (2008, p. 69).

Sendo assim, surge o papel do professor que é de mediar os conhecimentos onde possibilite ao educando adquirir criticidade. A fim de que estes discentes desenvolvam a capacidade de analisar com cuidado as suas afirmações e suas implicações, e possam questionar discursos que estão sendo reproduzidos. A pesquisa e o estudo nessa área [Direitos Humanos], por mais que não sejam incentivadas, são de suma importância, pois garantem a publicação e o conhecimento dos verdadeiros fatos (De Sousa & Alves, 2019, p. 110).

Durante a atividade aplicada foi possível elucidar o que ocorre em regimes autoritários: Perca de garantias civis e políticas, prerrogativas sociais esquecidas, vidas que lutam por elas e acabam sendo ceifadas, tudo para manter o controle e o poder. Fizemos isto, através da exposição de conteúdos e de imagens. Na contextualização do assunto, pontuamos o que são os direitos humanos, o que é uma ditadura, e o que acontece quando se tenta exercer a cidadania que outrora tínhamos. A partir das imagens, onde mostravam agressões e mortes de vítimas das ditaduras, despertamos a empatia e a sensibilidade com o tema. Já através de outras imagens de pessoas se manifestando contra o regime, estimulamos no aluno a importância de preservar estes direitos e que houve um preço para reavermos a nossa liberdade e a nossa democracia.

Portanto, no contexto que vivenciamos com o crescimento da pós-verdade, onde pessoas despreocupadas com fatos objetivos e apelo a crenças baseadas em achismos se torna preponderante, é mais do que necessário fomentar a capacidade de reflexão onde o educando perceba a responsabilidade, que existe na reprodução de certos discursos nocivos a seus direitos individuais e coletivos. Com a finalidade, de não cometer o erro de ver sua cidadania ser suprimida por falta de consciência histórica.

Agência financiadora

Este artigo é resultado das experiências vivenciadas no âmbito do Programa Residência Pedagógica financiado pela CAPES.

REFERÊNCIAS

- Bloch, M. (2001). *Apologia da história. Ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BRASIL. Ministério da Educação (2018). *Base Nacional Comum Curricular*.
- Carbonari, P. C. (2016). Porque Educação em Direitos Humanos. Bases Para a Ação Político-Pedagógica. In: A. M. Rodino, G. Tosi, M. B. Fernandez, Zenaide, M. de N. T. Zenaide, (orgs.). *Cultura e educação em direitos humanos na América Latina. Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas* (pp. 251-275). Editora do CCTA.
- Cerri, L. F. (1999). Os Objetivos do Ensino de História. *História & Ensino*, (5), p. 137-146. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/2238-3018.1999v5nOp137>
- De Sousa, P. H & Alves, R de S. (2019). Direitos fundamentais na América Latina: Brasil e Argentina após períodos de ditadura militar. *Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena*, 24(2), 92-114.
- Di Pietro, L. F. (2020). Ocorrências típicas de fotografias relacionadas à violação dos direitos humanos das ditaduras militares latino-americanas. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, (25), pp. 1-22. <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/145986>
- Mondaini, M. (2010). Direitos humanos. In: Pinsky, C. B. (org.). *Novos temas nas aulas de História*. (pp. 55-71). Contexto.
- Morais, J. A. & Baquero, M. (2018). A internet e a (des)politização dos jovens brasileiros. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, (25), pp. 33-62. <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/11512>
- Zenaide, M. N. T. (2016). A Linha do Tempo da Educação em Direitos Humanos na América Latina. In: A. M. Rodino, G. Tosi, M. B. Fernandez, Zenaide, M. de N. T. Zenaide, (orgs.). *Cultura e educação em direitos humanos na América Latina. Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas* (pp. 38-89). Editora do CCTA.